



ACESSO E PERMANÊNCIA NA EDUCAÇÃO PROFISSIONAL: Desafios nos cursos técnicos subsequentes do IFES – *Campus* Barra de São Francisco

ALMEIDA, Leonardo Alexandrino ¹
RIBEIRO, Maria Ivanilse Calderon ²

RESUMO: A baixa ocupação em cursos técnicos subsequentes desafia a Educação Profissional e Tecnológica (EPT). Este artigo analisa os fatores que contribuem para evasão e ociosidade de vagas no IFES – *Campus* Barra de São Francisco e propõe estratégias institucionais de enfrentamento. A pesquisa qualitativa baseou-se em análise documental (2024-2026) e no memorial reflexivo docente. Os resultados indicam falhas na divulgação digital, desajuste com o arranjo produtivo local e entraves socioeconômicos, como a falta de suporte logístico ao aluno noturno. Propõe-se, como intervenção, uma campanha digital e termos de cooperação com empresas. Conclui-se que a eficácia na ocupação de vagas depende de uma gestão sensível às condições materiais dos estudantes e às demandas do território, fortalecendo a função social da instituição e o uso da infraestrutura pública.

PALAVRAS-CHAVE: educação profissional e tecnológica; ocupação de vagas; evasão escolar; permanência e êxito; estudo de caso.

1 INTRODUÇÃO

A Educação Profissional e Tecnológica (EPT) desempenha um papel estratégico na formação de profissionais qualificados para o mercado de trabalho e na constituição de cidadãos críticos e reflexivos sobre sua atuação na sociedade. No âmbito das políticas públicas educacionais, a EPT funciona como um instrumento fundamental para o desenvolvimento social e econômico, especialmente em contextos marcados por desigualdades regionais e pela crescente necessidade de qualificação da força de trabalho profissional (Moreira *et al.*, 2021).

Entretanto, a baixa ocupação de vagas em cursos técnicos subsequentes configura-se como um paradoxo no cenário da EPT brasileira: enquanto a sociedade e o setor produtivo demandam mão de obra especializada, muitas instituições enfrentam dificuldades para preencher turmas e garantir a permanência dos discentes.

¹ Doutor em administração, mestre em educação, aluno do curso de especialização em docência na educação profissional e tecnológica do IFRO-Campus Zona Norte. Administrador na Universidade Federal de Juiz de Fora. Professor na Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais.

² Doutora em Informática pela Universidade Federal do Amazonas (UFAM). Mestra em Geografia pela Universidade Federal de Rondônia (UNIR). Bacharel em Sistemas de Informação pela Universidade Luterana do Brasil (ULBRA). Professora EBTB do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Rondônia (IFRO), *Campus* Zona Norte.



Esse fenômeno não apenas impacta a eficácia das políticas públicas de formação profissional, mas gera subutilização da infraestrutura física e do corpo docente, resultando em desperdício de recursos públicos (Bergo *et al.*, 2023).

A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender as razões por trás desse descompasso entre a demanda social por formação técnica e a baixa taxa de ocupação efetiva. Tal discussão está intrinsecamente ligada ao fenômeno da evasão escolar, entendida como a saída definitiva do estudante antes da conclusão do curso, o que acarreta graves consequências sociais e econômicas (Araújo; Correia, 2023). Pesquisas indicam que a necessidade de trabalhar e a dificuldade de conciliar o estudo com a jornada laboral são os principais obstáculos para a consolidação da trajetória acadêmica na modalidade subsequente (Araújo; Correia, 2023; Moreira *et al.*, 2021).

Diante deste cenário, esta pesquisa analisa a evasão e a taxa de ocupação de vagas no Instituto Federal do Espírito Santo (IFES) – *Campus* Barra de São Francisco. O objetivo geral é analisar os fatores que contribuem para a baixa taxa de ocupação e propor estratégias institucionais de enfrentamento. Este estudo expande o debate acadêmico ao reinterpretar o conceito de dualidade histórica da educação brasileira a partir de um recorte regional, evidenciando como a modalidade subsequente permanece tensionada pelas urgências materiais e pelo desafio da sobrevivência do estudante-trabalhador (Santos; Santos, 2023).

2 METODOLOGIA

Esta pesquisa adota uma abordagem qualitativa (Gil, 2008), combinando a análise documental com a produção de um memorial reflexivo (Buogo; Castro, 2013). O estudo desenvolveu-se em quatro etapas principais: fundamentação teórica, investigação empírica documental, reflexão sobre a prática profissional e sistematização dos resultados.

A análise documental contemplou fontes primárias e secundárias elaboradas entre 2024 e 2026, incluindo: o Edital PS 146/2024 (IFES, 2024a); os Projetos Pedagógicos dos Cursos (PPC) de Logística e Agropecuária (IFES, 2024b, 2024c); a Nota Informativa nº 1 do PS 146/2024 (IFES, 2024d); e relatórios internos de matrícula



e frequência (IFES, 2026). O recorte temporal justifica-se por coincidir com a atuação do pesquisador na instituição, permitindo maior familiaridade com o contexto.

A terceira etapa integrou a produção de um memorial reflexivo, registrando e analisando as experiências profissionais do pesquisador. Esse exercício de autoanálise permitiu cruzar a teoria com a prática, destacando situações concretas que ilustram as causas da baixa ocupação. Na etapa final, os elementos identificados foram sistematizados para a proposição de três eixos estratégicos de intervenção: aprimoramento da comunicação digital, fortalecimento de parcerias com o setor produtivo e revisão das políticas de assistência estudantil.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

3.1 Caracterização do local de estudo

A experiência analisada neste estudo situa-se no IFES, especificamente no *Campus* Barra de São Francisco, localizado no município de Barra de São Francisco, na região noroeste do estado do Espírito Santo. O *campus* integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, criada com o objetivo de ampliar o acesso à educação pública, gratuita e de qualidade, articulando ensino, pesquisa e extensão e contribuindo para o desenvolvimento social e econômico das regiões onde está inserido (IFES, 2024e). Informações institucionais e acadêmicas sobre o *campus* podem ser consultadas no site oficial da unidade: <https://saofrancisco.ifes.edu.br/>.

O *campus* Barra de São Francisco foi implantado no contexto da expansão da Rede Federal ocorrida na década de 2010. Suas atividades acadêmicas tiveram início em 2014, inicialmente em instalações provisórias, resultado de parceria com o poder público municipal. Posteriormente, a unidade passou a contar com estrutura própria, consolidando-se como um importante polo regional de formação profissional e tecnológica (IFES, 2024e).

Atualmente, o campus está localizado na Rodovia ES-320, km 118, na zona rural do município, em uma área destinada ao desenvolvimento de atividades de ensino, pesquisa e extensão. A infraestrutura institucional inclui salas de aula, laboratórios e espaços administrativos que possibilitam a oferta de cursos técnicos e outras atividades formativas voltadas às demandas educacionais e produtivas da região (IFES, 2024e).



A atuação do campus busca dialogar com os arranjos produtivos locais, especialmente nos setores de comércio, agricultura e exploração de rochas ornamentais, atividades econômicas relevantes na região noroeste capixaba. Nesse sentido, o IFES – *Campus* Barra de São Francisco assume papel estratégico na formação de profissionais qualificados e na promoção de oportunidades educacionais para jovens e trabalhadores da região (IFES, 2024e).

Assim, a experiência analisada neste estudo está situada em um contexto institucional marcado pela expansão da educação profissional pública e pelo compromisso com o desenvolvimento regional, constituindo um espaço relevante para a análise das políticas e práticas relacionadas ao acesso, à ocupação de vagas e à permanência de estudantes na EPT.

3.2 Diagnóstico da Ocupação de Vagas e a Crise da Procura

Os documentos oficiais do *campus* evidenciam uma realidade preocupante no que tange ao preenchimento das turmas. O número de inscritos para os cursos técnicos subsequentes em Logística e Agropecuária para o semestre 2025/1 foi inferior ao total de 40 vagas disponíveis para cada curso. Esse dado é alarmante, pois resultou na dispensa de sorteio e na classificação automática de todos os candidatos que atenderam aos critérios básicos, confirmando que a instituição não conseguiu atrair candidatos suficientes sequer para gerar concorrência.

Esse cenário local converge com os achados de Moreira *et al.* (2021) no IFPA – *Campus* Altamira, onde, embora houvesse procura inicial, os índices de evasão chegavam a 61,6%, com picos de 84,6% em cursos específicos. No IFES, o problema manifesta-se antes mesmo do ingresso efetivo. A análise do curso de logística em 2025/1 revelou que, das 40 vagas ofertadas, apenas 30 foram ocupadas inicialmente, somente 14 alunos mantiveram frequência regular ao final do primeiro período e apenas 12 concluíram o curso, ao final de 2025. Conforme aponta Bergo *et al.* (2023), o aumento de vagas remanescentes nas instituições federais é um problema estrutural que gera subutilização de infraestrutura e desperdício de recursos públicos, exigindo uma reavaliação das políticas de acesso e permanência.

O cenário identificado no IFES – *Campus* Barra de São Francisco, exemplifica a problemática das 'vagas mortas' discutida por Alvarez (2020). O autor argumenta que a evasão, especialmente na modalidade subsequente, gera um desperdício de



recursos para o qual muitas vezes não existem mecanismos de reposição imediata. No caso em tela, a baixa ocupação inicial e o abandono subsequente confirmam que a falta de suporte à permanência não apenas prejudica a trajetória do aluno, mas compromete a eficiência da unidade em cumprir sua missão institucional de formação profissional.

3.3 Fragilidades na Divulgação e o Desafio da Cultura Digital

A análise dos editais, como o PS 146/2024 (IFES, 2024a), revela que a estratégia de divulgação institucional ainda se baseia em métodos tradicionais, focados no site oficial e em murais físicos. Essa constatação, aponta para uma desconexão entre a escola e o público jovem e trabalhador, que consome informação prioritariamente via redes sociais.

Bastos e Gomes (2014) reforçam que a falta de esclarecimento adequado sobre os cursos no momento da inscrição contribui para a desmotivação posterior. Se o potencial aluno não compreende as vantagens competitivas da formação técnica ou sequer é alcançado pela divulgação, a ocupação das vagas torna-se inviável. A literatura sugere que a EPT deve ocupar os espaços virtuais de forma estratégica para democratizar o acesso à informação.

3.4 O Paradoxo do Arranjo Produtivo Local (APL)

Uma contradição central identificada no estudo é o descompasso entre a vocação econômica da região e a ocupação dos cursos. O PPC do curso de logística (IFES, 2024b) justifica sua oferta baseando-se em dados da Junta Comercial do Estado do Espírito Santo e do Cadastro Geral de Empregados e Desempregados, que indicam a existência de 1.686 empresas e 7.001 empregados com carteira assinada em Barra de São Francisco, com forte atuação nos setores de rochas ornamentais, comércio e agronegócio. Além disso, uma pesquisa de demanda realizada em 2024 com 448 participantes indicou que o curso de logística era o mais desejado (39,1%) (IFES, 2024b).

No entanto, essa "demanda reprimida" não se traduz em turmas lotadas. Moreira *et al.* (2021) explicam que a baixa ocupação muitas vezes deriva da percepção do aluno sobre a utilidade prática imediata da formação frente às exigências reais do mercado de trabalho local. Se o currículo não dialoga com as



transformações tecnológicas do setor produtivo regional, o curso perde atratividade. Ressalta-se que a oferta de cursos deve ser precedida de estudos sistemáticos sobre o território, para que o desenho pedagógico responda às necessidades materiais do aluno e das empresas locais, conforme argumentado por Moreira *et al.* (2021).

3.5 Barreiras Socioeconômicas: A "Exclusão da Exclusão"

A análise documental dos relatórios de frequência indica que a incompatibilidade de horários é o principal fator de insucesso. Os cursos são ofertados no turno noturno para atender ao aluno-trabalhador, mas este público enfrenta jornadas exaustivas e dificuldades logísticas. No IFES Barra de São Francisco, o transporte é de responsabilidade exclusiva do aluno, conforme previsto no item 12 do edital de ingresso (IFES, 2024a) ou de parcerias municipais incertas, o que se torna um impeditivo para quem reside em áreas rurais ou cidades vizinhas como Ecoporanga e Água Doce do Norte.

Santos e Santos (2023) caracterizam os sujeitos da modalidade subsequente como pertencentes aos estratos mais oprimidos da classe trabalhadora, majoritariamente de baixa renda e, em muitos contextos, do gênero feminino e raça negra. Para esses estudantes, a educação profissional é vista como uma tábua de salvação contra o desemprego, mas a mesma precariedade financeira que os motiva a buscar o curso os obriga a abandoná-lo quando surge uma oportunidade de trabalho imediata ou quando o custo do transporte se torna insustentável.

Essa realidade configura o que Santana (2016) denomina como "dupla exclusão": o sujeito é excluído primeiro da educação básica de qualidade e, posteriormente, da formação técnica por não conseguir conciliar a sobrevivência material com o tempo exigido pela escola. Araújo e Correia (2023) destacam que a necessidade de trabalhar foi a principal motivação para a evasão em estudos de caso similares, reforçando que o problema da ocupação de vagas é, antes de tudo, um problema social de falta de suporte financeiro e logístico.

3.6 Limitações Estruturais e Políticas de Permanência

A pesquisa revela que a ausência de políticas de assistência estudantil robustas e específicas para o perfil da modalidade subsequente no *campus* agrava a ociosidade das vagas. Embora o PPC de Agropecuária (IFES, 2024c) mencione o



apoio da Coordenadoria de Atendimento Multidisciplinar (CAM), o foco muitas vezes recai sobre o atendimento emergencial e não em bolsas de permanência que garantam o transporte e a alimentação do aluno noturno.

Menegaz *et al.* (2023), em estudo realizado no IFRO, demonstraram que o rendimento e a permanência estão diretamente ligados à renda familiar e ao tipo de transporte utilizado, evidenciando que alunos que dependem de transporte público ou particular oneroso têm maior risco de abandono. Portanto, a baixa taxa de ocupação no IFES Barra de São Francisco não deve ser lida como desinteresse da comunidade, mas como uma falha institucional em adaptar sua estrutura às condições reais de vida do seu público-alvo. A ociosidade de vagas, conforme Figueiredo e Salles (2017), reflete também a falta de investimento em políticas públicas eficazes de retenção dentro das próprias instituições. Considerando a análise desenvolvida, o Quadro 01 apresenta uma síntese dos resultados da pesquisa, a partir da qual foram traçadas as estratégias de intervenção.

Quadro 01. Síntese dos Resultados da Pesquisa.

Dimensão analisada	Principais evidências	Implicações identificadas
Ocupação de vagas	Número de inscritos inferior ao total de vagas ofertadas e alta evasão ao longo dos semestres	Subutilização da infraestrutura institucional e dificuldade de consolidação das turmas
Divulgação institucional	Predomínio de divulgação por site institucional e murais físicos	Baixo alcance das informações junto ao público jovem e trabalhador
Relação com o Arranjo Produtivo Local	Existência de setores econômicos relevantes, mas baixa conversão da demanda potencial em matrículas	Necessidade de maior articulação entre instituição e setor produtivo regional
Barreiras socioeconômicas	Dificuldades de conciliar trabalho e estudo, custos de transporte e deslocamento	Redução da permanência e aumento da evasão
Políticas de permanência	Ausência de auxílios específicos para estudantes da modalidade subsequente noturna	Ampliação do risco de abandono e exclusão educacional

Fonte: Elaborado pelos autores, 2026.

3.7 Estratégias de Intervenção Institucional

A partir do diagnóstico multifatorial realizado nas subseções anteriores, esta pesquisa propõe três eixos estratégicos de intervenção para o IFES – *Campus* Barra de São Francisco. Estas ações foram desenhadas para mitigar o problema da baixa



ocupação de vagas e da evasão, articulando a gestão educacional com a realidade prática do *campus*.

A primeira proposta consiste na implementação de um protótipo de campanha digital focado em redes sociais. A análise dos editais, como o PS 146/2024, demonstrou que a divulgação tradicional em sites e murais não atinge efetivamente o público jovem e trabalhador. A proposta prevê a criação de conteúdos audiovisuais curtos e informativos, com linguagem acessível, para plataformas como Instagram e WhatsApp, destacando a gratuidade total dos cursos e as vantagens competitivas da formação técnica para a carreira profissional.

Esta ação visa mitigar a lacuna informativa identificada. Conforme Bergo *et al.* (2023), as instituições federais precisam ocupar os espaços virtuais de forma estratégica para democratizar o acesso e reduzir a ociosidade de vagas (Bergo *et al.*, 2023; Bastos; Gomes, 2014) gerada pelo desconhecimento social da instituição.

O segundo eixo de intervenção foca no alinhamento entre a escola e o Arranjo Produtivo Local (APL). Propõe-se a elaboração de um modelo de termo de cooperação entre o IFES e as principais empresas dos setores de rochas ornamentais, comércio e agronegócio de Barra de São Francisco. O objetivo é formalizar parcerias que garantam a reserva de vagas de estágio para os estudantes e, em contrapartida, oferecer assessoria técnica ou cursos de extensão direcionados para os trabalhadores dessas empresas.

Essa estratégia ataca diretamente o paradoxo do descompasso entre oferta e demanda: ao estreitar laços com o setor produtivo, aumenta-se a percepção de utilidade prática da formação, fator decisivo para a permanência. Como apontado por Moreira *et al.* (2021), a identificação entre o currículo e as exigências do mercado local é fundamental para reduzir a desmotivação e o abandono do curso.

Por fim, recomenda-se a revisão e o fortalecimento das políticas de assistência estudantil com foco específico no perfil do aluno da modalidade subsequente. A proposta inclui a criação de auxílios-permanência específicos para estudantes matriculados no período noturno, contemplando subsídios para transporte e alimentação. Dado que o transporte para o *campus* é de responsabilidade do aluno e muitos residem em áreas rurais ou municípios vizinhos, o suporte financeiro torna-se um divisor de águas entre a desistência e a conclusão.



Esta intervenção fundamenta-se na necessidade de considerar a centralidade do trabalho na vida do estudante. Conforme Araújo e Correia (2023), sem políticas que mitiguem o desgaste físico e financeiro da jornada dupla (trabalho-estudo), a modalidade subsequente continuará a reproduzir a "exclusão da exclusão". Assim, as ações de permanência agem como um mecanismo de justiça social, garantindo que o direito ao acesso se converta em êxito acadêmico.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Esta pesquisa confirmou que a ociosidade de vagas resulta de uma convergência de fragilidades na comunicação, descompasso com o arranjo produtivo e carência de suporte material. A contribuição teórica reside na análise da dualidade histórica sob a ótica de um caso regional, evidenciando como a modalidade subsequente ainda é marcada pela precariedade dos estudantes. Praticamente, o estudo oferece ferramentas para a gestão educacional otimizar o uso da infraestrutura pública e reduzir o desperdício de recursos.

Como limitações, aponta-se a dependência de fontes secundárias. Sugerem-se estudos futuros com pesquisas de campo diretas com alunos evadidos para investigar as motivações subjetivas do abandono. Espera-se que este diagnóstico subsidie políticas que garantam não apenas o acesso, mas a dignidade e o êxito dos cidadãos na EPT capixaba.

REFERÊNCIAS

ALVAREZ, Karine Rodrigues. Permanência e êxito escolar nos Institutos Federais. **Ensino em Foco**, Salvador, v. 3, n. 6, p. 106-115, set. 2020.

ARAÚJO, Jair Jonko; CORRÊA, Zaira Peres. Evasão na Educação Profissional e Tecnológica: motivações de estudantes evadidos ingressantes no semestre inicial da Pandemia no Curso Técnico em Edificações, forma subsequente, do Câmpus Pelotas do Instituto Federal Sul-rio-grandense. **Ciências Humanas**, v. 22, n. 2, p. 512-529, 2023.

BERGO, Mirian Marlene de Rezende; COSTA, Bruno Lazzarotti Diniz; RIANI, Juliana de Lucena Ruas. Gestão de vagas remanescentes sob a ótica da gestão administrativa das Instituições Federais de Ensino Superior. **Revista Internacional de Educação Superior**, Campinas, SP, v. 11, p. 1-29, 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.566, de 23 de setembro de 1909**. Cria nas capitais dos

Estados da República Escolas de Aprendizizes Artífices. Rio de Janeiro, 1909.

BUOGO, Miriam; CASTRO, Gardenia de. Memorial de formação: um dispositivo de aprendizagem reflexiva para o cuidado em saúde. **Trabalho, Educação e Saúde**, Rio de Janeiro, v. 11, n. 2, p. 431-449, maio/ago. 2013.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Edital PS 146/2024**: Processo seletivo para cursos técnicos subsequentes ao ensino médio. Barra de São Francisco: IFES, 2024a.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Logística**. Barra de São Francisco: IFES, 2024b.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Projeto Pedagógico do Curso Técnico em Agropecuária**. Barra de São Francisco: IFES, 2024c.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Nota Informativa nº 1: PS 146/2024 - Técnico em Agropecuária e Técnico em Logística – Subsequentes**. Barra de São Francisco: IFES, 2024d.

INSTITUTO FEDERAL DO ESPÍRITO SANTO (IFES). **Sobre o Campus**: IFES, 2024e. Disponível em: <https://saofrancisco.ifes.edu.br/index.php/sobre-o-campus>. Acesso em 14 mar. 2026.

MOREIRA, Larici Keli Rocha; SOUZA, Maria de Fátima Matos de; CASTRO, Regina Celi Alvarenga de Moura. A evasão escolar nos cursos técnicos subsequentes do Instituto Federal do Pará *campus* Altamira. **Educação por Escrito**, Porto Alegre, v. 12, n. 1, p. 1-13, jan.-dez. 2021.

SANTOS, Shilton Roque dos; SANTOS, Nadia Farias dos. Cursos técnicos subsequentes: evasão e desigualdade social. **Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar**, v. 9, n. 28, 2023.